

Belo Horizonte, 01 de abril de 2026

Ilmos. Senhores Diretores e Conselheiros da
Fundação André e Lucia Maggi
Cuiabá- MT

Prezados Senhores,

Anexamos o Parecer Final e Conclusivo da Auditoria Externa às Notas Explicativas elaboradas pela Fundação André e Lucia Maggi, referente às Demonstrações Contábeis e Financeiras do período levantado em 31 de dezembro de 2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA

Warley de Oliveira Dias

Diretor

Aviso Legal: "A Morison Global Limited é uma associação global de empresas de serviços profissionais de propriedade e gerenciadas de forma independente. Os serviços profissionais são prestados pelas firmas-membro individuais. A Morison Global Limited não fornece serviços profissionais por direito próprio. Nenhuma firma-membro tem responsabilidade pelos atos ou omissões de qualquer outra firma-membro decorrente de sua participação na Morison Global Limited".

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI
CNPJ: 01.832.808/0001-06

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cuiabá – MT, 19 de março de 2026.

Belisa Souza Maggi
Presidente Conselho Curador

Juliana de Lavor Lopes
Diretora Executiva

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI
CNPJ: 01.832.808/0001-06
Balanco Patrimonial
para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.
(Valores expressos em reais – R\$)

		2025	2024			2025	2024
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE	Nota Explicativa			CIRCULANTE	Nota Explicativa		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	4.997.340	5.504.997	Fornecedores		2.948	1.585
Adiantamentos	6	16.869	-	Obrigações Trabalhistas e Sociais	10	270.964	246.278
Impostos a Recuperar		975	975	Obrigações Fiscais		8.297	10.128
Outros Créditos	7	6.309	5.643	Receitas de Projetos à Executar		-	50.000
Aplicações financeiras	8	12.888.834	-				
Total do Ativo Circulante		17.910.327	5.511.615	Total do Passivo Circulante		282.208	307.991
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Aplicações financeiras	8	-	13.793.460	Patrimônio Social	11.1	18.770.226	20.026.888
Imobilizado e intangível	9	177.738	232.510	Ajuste de Avaliação Patrimonial	11.2	459.369	493.334
				Déficit do exercício	11.3	(1.423.737)	(1.290.627)
Total do ativo não circulante		177.738	14.025.970	Total do Patrimônio Líquido		17.805.857	19.229.595
TOTAL DO ATIVO		18.088.065	19.537.586	TOTAL DO PASSIVO		18.088.065	19.537.586

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI
CNPJ: 01.832.808/0001-06
Demonstração do Resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.
(Valores expressos em reais – R\$)

		2025	2024
	Nota Explicativa		
Receita operacional bruta (atividade preponderante, cfe art. 11º do Estatuto Social)	13	2.501.637	7.190.804
Receita de doações e apoio a projetos pessoa jurídica com assistência social		2.247.025	6.925.968
Receita de doações e apoio a projetos pessoa física com assistência social		-	11.209
Receita com trabalho voluntário com assistência social		254.612	252.705
Receita com gratuidades em serviços com assistência social		-	922
(-) Custos operacionais com assistência social (Lei No. 6.404/76, artigo 187)	14	(6.236.683)	(10.430.072)
(-) Despesa com trabalho voluntário com assistência social	14	(254.612)	(252.705)
(-) Despesa com gratuidades em serviços com assistência social	14	-	(922)
Resultado bruto (Lei No. 6.404/76, artigo 187 e ITG 2002)		(3.989.658)	(3.492.895)
(-) Despesas de custeio		2.571.309	2.173.810
Gerais e administrativas	15	(175.331)	(169.187)
Depreciações	15	(33.994)	(33.709)
Resultado financeiro líquido	16	2.780.634	2.376.706
Outras receitas e despesas	17	(5.388)	28.458
Outras receitas		15.390	28.458
Resultado na Baixa de Ativo Imobilizado		(20.778)	-
Déficit do exercício	11.3	(1.423.737)	(1.290.627)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

CNPJ: 01.832.808/0001-06

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em reais – R\$)

Histórico	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		14.169.658	5.823.521	527.043	20.520.222
Incorporação ao patrimônio social	11.1	5.823.521	(5.823.521)	-	-
Transferência para patrimônio social		33.709	-	(33.709)	-
Déficit do exercício de 2024	11.2	-	(1.290.627)	-	(1.290.627)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		20.026.888	(1.290.627)	493.334	19.229.595
Incorporação ao patrimônio social	11.1	(1.290.627)	1.290.627	-	-
Transferência para patrimônio social		33.965	-	(33.965)	-
Superávit do exercício de 2025	11.3	-	(1.423.737)	-	(1.423.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		18.770.226	(1.423.737)	459.369	17.805.857

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI
CNPJ: 01.832.808/0001-06
Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de
2025 e 2024.
(Valores expressos em reais – R\$)

		2025	%	2024	%
	Nota				
	Explicativa				
1. RECEITAS		5.282.971		9.560.856	
Receitas de Doações e Apoio a projetos Com Pessoa Jurídica com Assistência Social	13	2.247.025		6.925.968	
Receitas de Doações e Apoio a projetos Com Pessoa Física Com Assistência Social	13	-		11.209	
Receita com Trabalho Voluntário	13	254.612		252.705	
Receita com Gratuidades em Serviços	13	-		922	
Outras Receitas	16	700		900	
Receitas Financeiras	16	2.780.634		2.369.152	
2. VALOR ADICIONADO BRUTO		5.282.971		9.560.856	
RETENÇÕES		(33.994)		(33.709)	
Depreciação e Amortização	9	(33.994)		(33.709)	
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		5.316.965		9.594.565	
4. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		20.778		-	
Ganhos na venda ou baixa do imobilizado		20.778		-	
5. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		5.337.743		9.594.565	
6. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		5.337.744	100	9.594.565	100
Despesas com Pessoal		2.257.575	42,29	2.652.404	27,64
Serviços de Terceiros		1.828.635	34,26	2.705.996	28,20
Encargos e Tributos de Terceiros		-	0,00	-	0,00
Apoio a Projetos Culturais, ambientais, sociais		1.600.122	29,98	3.369.926	35,12
Apoio, Parceria Continua a Instituições		17.239	0,32	158.969	1,66
Projeto, Sociais, Culturais, Ambientais da FALM		244.372	4,58	1.033.213	10,77
Despesas de Viagens		288.740	5,41	509.565	5,31
Despesas Administrativas		171.603	3,21	164.855	1,72
Despesas com Tributos, Taxas e Multas		267	0,01	401	0,00
Despesas Financeiras		11.942	0,22	21.745	0,23
Despesas com Seguros		3.462	0,06	3.931	0,04
Despesas com Gratuidade e Voluntariado		254.612	4,77	253.628	2,64
Outras Despesas		82.912	1,55	10.559	0,11
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	11.3	(1.423.737)	-26,67	(1.290.627)	-13,45

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI
CNPJ: 01.832.808/0001-06
Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto - para os exercícios findos em 31
de dezembro de 2025 e 2024.
(Valores expressos em reais – R\$)

		2025	2024
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS			
-	-		
	Nota Explicativa		
Superávit/Déficit do exercício	11.3	(1.423.737)	(1.290.627)
(+) Despesa com depreciação e amortização	9	33.994	33.709
(-) Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	2.292
(+) Doação Patrimonial Recebida			-
(+/-) Ajuste de Exercícios Anteriores			-
Superávit/Déficit do exercício ajustado:		(1.389.743)	(1.254.626)
Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC			
(+/-) (Aumento)/Diminuição de créditos a receber	6	(16.869)	4.568
(+/-) (Aumento)/Diminuição de outros créditos	7	(665)	444
Total de Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC		(17.534)	5.012
Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC			
(+/-) (Aumento)/Diminuição de fornecedores		1.363	(27.436)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de obrigações trabalhistas e sociais	10	24.686	31.990
(+/-) (Aumento)/Diminuição de obrigações fiscais		(1.831)	6.687
(+/-) (Aumento)/Diminuição de projetos a executar - fundo pro- educação		(50.000)	-
Total de Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC		(25.782)	11.241
	TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.433.061)	(1.238.373)
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+/-) (Aumento)/Diminuição em aplicações financeiras	8	904.626	(1.528.194)
(+/-) Imobilizado - baixas (adições) líquidas	9	20.778	(86.157)
(+/-) Intangível - baixas (adições) líquidas			-
	TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	925.404	(1.614.351)
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+/-) Empréstimo Bancário		-	-
(+/-) Financiamentos Bancários		-	-
(+/-) Capital Social		-	-
	TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
	TOTAL DAS ATIVIDADES (1 + 2)	(507.657)	(2.852.724)
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Saldo no Início do Exercício	5	5.504.997	8.357.721
Saldo no final do Exercício	5	4.997.340	5.504.997

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
CNPJ: 01.832.808/0001-06
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
(Valores expressos em reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Somos a Fundação André e Lucia Maggi (FALM/Fundação), uma organização social sem finalidade econômica, responsável pela gestão do Investimento Social Privado (ISP) da AMAGGI. Desde 1997, trabalhamos para promover o desenvolvimento local e humano, alinhando nossos esforços à missão de combater desigualdades sociais e criar oportunidades para todas as pessoas.

A FALM é pautada pela Política e Investimento Social Privado¹ que estabelece a forma como realiza seus investimentos em projetos sociais nas localidades prioritárias. A partir das disposições dessa Política, a empresa mantenedora faz o repasse espontâneo de recursos financeiros para que a FALM realize a gestão.

Em 2013, a FALM revisitou sua estratégia de atuação e optou por uma mudança de nome, passando a incluir “Lucia Maggi”, uma forma de homenagear uma das responsáveis por contribuir para a criação da FALM. Em 2018, a FALM fortaleceu sua atuação com uma nova revisão estratégica, estabelecendo metas para serem alcançadas até 2030.

Atualmente, com quase três décadas de história, somos referência no fortalecimento do terceiro setor, assessorando organizações da sociedade civil e promovendo a defesa e garantia de direitos. A FALM atua em diversas regiões onde a AMAGGI está presente, contando com sua sede em Cuiabá (MT) e duas filiais, em Rondonópolis (MT) e em Itacoatiara (AM). Sua estrutura de governança é composta por um Conselho Curador, Conselho Fiscal e Conselho Diretor. O Conselho Diretor é composto por Diretoria Executiva e Gerência de Operações, distribuída em diferentes setores: Administrativo e Programas e Projetos Sociais.

O planejamento estratégico da FALM é guiado pela busca de impacto positivo e pela adaptação a um cenário em constante transformação. Em 2022, realizamos o processo de análise e diagnóstico que envolveu consultas a áreas-chaves e parcerias estratégicas internas e externas. Esse trabalho contribuiu para identificar oportunidades e desafios sociais, permitindo direcionar seus investimentos de forma alinhada às necessidades das comunidades onde atua.

Durante esse processo, a FALM construiu sua Teoria da Mudança que permite traçar caminhos necessários para alcançarmos resultados a curto, médio e a longo prazo, orientando as ações da organização de forma objetiva e focada. Mais detalhes estarão mencionados no item 19 deste relatório.

São finalidades institucionais estatutária, conforme artigo 3º:

- I. Estimular pesquisas e estudos nas áreas de educação, saúde e assistência social;
- II. Realizar pesquisas, estudos, programas e projetos nas áreas de desenvolvimento social, da educação e da saúde, desenvolvimento econômico, agropecuário, agroindústria, desenvolvimento humano e local, com reflexos na comunidade em geral;
- III. Apoiar e incentivar ações nas áreas da educação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social, recreação e esporte estudantil, proporcionando integral desenvolvimento da coletividade, do bem comum, no interesse social;

¹ <https://fundacaoandreeluciamaggi.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Politica-de-Investimento-Social-Privado-2022.pdf>

IV. Promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências sobre temas relacionados ao interesse do investimento social privado;

V. Prestar qualquer tipo de apoio a outras instituições e iniciativas sociais, dentro de seu escopo de atuação, apoiando, reconhecendo e/ou premiando as melhores práticas para que se fortaleçam no processo de trabalho de impacto nas comunidades em que atuam;

VI. Realizar e formalizar parcerias de colaboração ou convênios com instituições congêneres ou afins, viabilizando projetos e atividades, mantendo intercâmbios técnicos ou científicos, educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes, informativas e quaisquer outros correlatos a tais atividades.

A Fundação acredita que contribuir com a sociedade exige mais do que esforços isolados; requer parcerias, planejamento e compromisso. Por isso, seguimos dedicadas a criar um futuro em que todas as pessoas tenham acesso às oportunidades necessárias para desenvolver plenamente seu potencial.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis também consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (lei 6.404/76 e alterações posteriores), adaptadas às peculiaridades das entidades de fins não lucrativos, em consonância com a Interpretação Técnica NBC ITG 2002 (R1) – “Entidades sem Finalidade de Lucro”.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Fundação autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 23 de março de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.1. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

A FALM não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não apresentou a Demonstração dos Resultados Abrangentes, conforme requerido pelo CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).

2.4. DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- * Perda crédito de liquidação duvidosa estimada para:
- * Vida útil dos ativos
- * Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
- * Provisões e contingências
- * Ajuste a valor presente
- * Reconhecimento de receita

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Instrumentos financeiros básicos

A Fundação contabiliza os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

Caixa e equivalentes de caixa; e

Instrumento de dívida (tal como uma conta, título ou empréstimo a pagar)

(i) **Ativos financeiros básicos**

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos ao custo amortizado com o uso do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A Fundação reconhece os instrumentos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação, na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Fundação em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a FALM tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros básicos abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 3 (três) meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Fundação na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Fundação possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e impostos.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa – Caixa e equivalentes de caixa estão divididos em recursos restritos e incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até seis meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aplicação original, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

c) Aplicações Financeiras de Curto e Longo prazo – As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos *pró-rata* até a data do balanço.

d) Ativo Circulante Mantido para Venda ou Descontinuado – A Fundação classifica um ativo ou o grupo de ativos mantido para venda quando esse estiver disponível para venda ou doação imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda. Com isso, a sua venda ou doação deve ser altamente provável. Assim, a organização classifica um ativo não circulante como mantido para venda ou descontinuado se o seu valor contábil vai ser recuperado por meio de transação de venda ou se aprovado pelo órgão interno deliberativo juntamente validado com o Ministério Público a doação do imobilizado.

e) Imobilizado – O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

f) Redução ao valor Recuperável de Ativos – A Fundação avalia anualmente a existência de possíveis indícios, que possam levar a perda do valor recuperável de seus ativos

não financeiros, em especial dos grupos imobilizado e intangível. Na avaliação considera eventos e/ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

g) Outros Ativos circulantes e não circulantes - São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

h) Passivo Circulante e Não Circulante – Registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços.

i) Contas a pagar a fornecedores – As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens adquiridos ou serviços tomados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

j) Obrigações trabalhistas e sociais – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos colaboradores até a data do balanço.

k) As Despesas e as Receitas – Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

l) Apuração do Resultado – O resultado foi apurado seguindo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

m) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) – A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a FALM optou foi o INDIRETO.

n) Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.138/2008

(alterada pela Resolução CFC 1.162/2009) que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.

o) Trabalho Voluntário e Gratuidades – A ITG 2002 determina que o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

4. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Fundação, estão descritas a seguir:

IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação do desempenho financeiro, com foco na melhoria da comparabilidade e da transparência das informações divulgadas, incluindo a definição de subtotais padronizados e maior detalhamento sobre medidas de desempenho definidas pela administração.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19 estabelece um conjunto reduzido de exigências de divulgação aplicável a subsidiárias que não possuam responsabilidade pública, desde que a controladora elabore demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, visando simplificar as divulgações sem comprometer a qualidade da informação.

Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e à IFRS 7 / CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações tratam, principalmente, de aspectos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, bem como de aprimoramentos nos requisitos de divulgação, com o objetivo de esclarecer e alinhar a aplicação prática das normas.

A Fundação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, conforme aplicável, quando de sua entrada em vigor.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Fundação:

- Contratos de eletricidade relacionados a natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores de disponibilidade imediata mantidos em tesouraria e instituições financeiras. Segue os valores em disponibilidade:

	2025	2024
Fundo fixo	2.872	3.166
Bancos - conta movimento	56.504	102.002
Aplicações Financeiras	4.937.964	5.399.829
Saldos totais em reais	4.997.340	5.504.997

Os valores mantidos em conta corrente estão vinculados a aplicações financeiras automáticas mantidas junto à AL5 Bank e são remuneradas substancialmente pela variação média de 101,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. ADIANTAMENTOS

Os saldos deste grupo referem-se a adiantamentos de viagens e adiantamento de férias, segue valores:

	2025	2024
Adiantamento a empregados	16.628	-
Adiantamento a fornecedores	241	-
Saldos totais em reais	16.869	-

7. OUTROS CRÉDITOS

Este grupo é composto pelos seguros e serviços contratados, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal:

	2025	2024
Assinaturas e anuidades a apropriar	4.027	3.707
Premios de seguros a apropriar	2.282	1.936
Saldos totais em reais	6.309	5.643

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se aos valores aplicados em instituições financeiras sem liquidez imediata com vencimentos superior há 12 meses. Em agosto de 2023, com o objetivo de aumentar a rentabilidade dos valores mantidos em aplicações financeiras, a FALM realizou uma aplicação na modalidade CDB a uma taxa de rentabilidade de 114% do CDI com vencimento em agosto de 2026. Abaixo os valores representados:

	2025	2024
CIRCULANTE		
Aplicação financeira	12.888.834	-
NÃO CIRCULANTE		
Aplicação financeira	-	13.793.460
Saldos Totais em Reais	12.888.834	13.793.460

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear para perdas por imparidade, quando aplicável.

Adicionalmente, a FALM verificou que não havia a existência de indicadores de que os ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável ou que houvesse alteração na vida útil determinada para cada ativo, conseqüentemente, não houve alterações relevantes da vida útil estimada e não foi identificado perda de valor recuperável destes ativos.

Grupos	Quant. Bens	Taxa Anual	2025	Adições	Baixas	2024
Máquinas e Equipamentos	49	6,67%	115.197	-	(25.002)	140.199
Equipamentos de Informática	47	20%	143.335	-	(140.862)	284.197
Móveis, Eletro e Utensílios	60	6,67%	69.241	-	(19.209)	88.450
Equipamentos Audiovisuais	48	100%	48.548	-	(5.903)	54.451
(-) Depreciação Acumulada			(198.583)	(33.994)	170.198	(334.787)
Imobilizado líquido, em reais			177.738	(33.994)	(20.778)	232.510

Grupos	Quant. Bens	Taxa Anual	2025	Adições		2024
Software	16	20%	50.926	-	(7.874)	58.800
(-) Amortização Acumulada			(50.926)	-	7.874	(58.800)
Intangível líquido, em reais			-	-	-	-
Total do Imobilizado e Intangível			177.738	(33.994)	(20.778)	232.510

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais. Segue composição do Passivo Circulante:

	2025	2024
FGTS	15.654	10.167
INSS	39.939	32.372
PIS	1.142	1.204
IRRF	24.832	29.632
Férias	140.816	128.552
Encargos sobre férias	48.581	44.350
Saldos totais em reais	270.964	246.278

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio Social é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, subtraído do Déficit do exercício. Em 31 de dezembro de 2025 o Capital Social apresentou um saldo de R\$ 18.770.226 (R\$ 20.026.888 em 2024), os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

11.2 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em consonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 e aplicação do CPC 27 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado. Assim, o saldo refere-se ao ajuste decorrente da adoção do custo atribuído dos ativos, o qual é realizado por baixa e/ou depreciação dos bens que deram origem ao ajuste.

11.3 RESULTADO DO EXERCÍCIO

O déficit do exercício de 2025 foi de (R\$ 1.423.737) (um milhão, quatrocentos e vinte e três mil, setecentos e trinta e sete reais) e consta incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

12. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A FALM é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e é isenta à incidência das Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei No. 9.532/97; Lei No. 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Eventualmente, a Fundação recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, conforme estão previstas no seu Estatuto Social, artigo 6º. Segue abaixo o demonstrativo de receitas:

	2025	2024
Doações nacionais pessoa jurídica com assistência social	2.247.025	6.904.493
Doações nacionais pessoa física com assistência social	-	11.209
Doações internacionais com assistência social	-	21.476
Voluntariado e gratuidades com assistência social	254.612	253.628
Saldos totais em reais	2.501.637	7.190.804

14. CUSTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	2025	2024
Custos operacionais com assistência social	(6.236.683)	(10.430.072)
Apoio a Projetos Culturais, Ambientais, Sociais	(1.600.122)	(3.369.925)
Apoio, Parceria Continua a Instituições	(17.239)	(158.969)
Despesas com Pessoal	(2.257.575)	(2.652.404)
Despesas de Viagens	(288.740)	(509.565)
Projeto, Sociais, Culturais, Ambientais da FALM	(244.372)	(1.033.213)
Serviços de Terceiros	(1.828.635)	(2.705.996)
Despesas com trabalho voluntário com assistência social	(254.612)	(252.705)
Despesa com gratuidades em serviços com assistência social	-	(922)
Saldos totais em reais	(6.491.295)	(10.683.699)

15. DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Gerais e administrativas	(175.331)	(169.187)
Despesas Administrativas	(171.602)	(164.855)
Despesas com Seguros	(3.462)	(3.931)
Despesas com Tributos, Taxas e Multas	(267)	(401)
Depreciação e amortização	(33.994)	(33.709)
Saldos totais em reais	(209.325)	(202.896)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.781.215	2.390.897
Multa e juros	(947)	(942)
IOF	(801)	(1.707)
Tarifas bancárias	(5.417)	(7.998)
Taxas administrativas	(4.777)	(11.097)
Descontos obtidos	11.361	7.554
Saldos totais em reais	2.780.634	2.376.706

17. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS (Fatos Extraordinários)

Conforme a Resolução CFC Nº 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo “Outras Receitas / Despesas” no grupo operacional e não após a linha do “resultado operacional”. Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

	2025	2024
Premiação em Dinheiro Nota MT	700	900
Recuperação Despesas	14.690	15.658
Distribuição de Integralização de Capital	-	11.901
Resultado na Baixa de Ativo Imobilizado	(20.778)	-
Saldos totais em reais	(5.388)	28.458

18. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS (INSTRUMENTOS FINANCEIROS)

Desde 2021, a FALM com uma Política de Investimentos que define as diretrizes para a aplicação e gestão de dos recursos financeiros.

Essa política assegura a sustentabilidade e a perenidade das atividades da organização, estabelecendo critérios para a escolha de instituições bancárias e financeiras, além de procedimentos para resgates e pagamentos.

O acompanhamento dessa política é realizado pelo Comitê Executivo de Investimentos, formado por representantes de sua mantenedora.

O principal fator de risco da FALM está apresentado a seguir:

a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração, que monitora continuamente a liquidez para assegurar que a FALM tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento de metas internas e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

Com foco na promoção de direitos e no desenvolvimento local e humano, a FALM promove iniciativas alinhadas a políticas públicas, especialmente no fortalecimento da agricultura familiar. Por meio de ações que capacitam e apoiam produtores(as), a Fundação contribui para a inclusão socioprodutiva e amplia o acesso aos mercados privados e chamadas públicas, promovendo, assim, a segurança alimentar e a economia local nos territórios onde tem atuação.

Além disso, a FALM incentiva a sustentabilidade das organizações parceiras, impulsionando sua atuação em diversas áreas, como assistência social, educação, saúde, cultura, lazer e desenvolvimento rural.

A Fundação desenvolve sua atuação a partir da construção de parcerias e do trabalho em rede, entendendo que os desafios sociais nos territórios exigem cooperação, diálogo e corresponsabilidade entre diferentes setores.

Participamos de instâncias estratégicas que contribuem para o fortalecimento do campo do Investimento Social Privado e para o aprimoramento das políticas públicas. Desde 2009, integramos o Conselho Temático de Responsabilidade Social (CORES) da FIEMT, espaço que reúne setor empresarial, organizações públicas e privadas para debater desenvolvimento social e industrial em Mato Grosso. Somos associados ao GIFE desde 2010, mantendo alinhamento às boas práticas do setor no Brasil e fortalecendo nossa participação em debates nacionais sobre filantropia e investimento social.

Também integramos o Comitê Gestor da Rede de Investidores Sociais de Mato Grosso (RIS-MT), iniciativa que reúne empresas e fundações para qualificar e ampliar o impacto do investimento social no estado, promovendo trocas, ações colaborativas e agendas conjuntas.

Adicionalmente, a FALM está registrada no Conselho Municipal de Assistência Social em Cuiabá (MT). Essa participação ativa reforça o compromisso da FALM com as comunidades locais em que está presente, torna-se, não só algo que beneficia a comunidade, mas também promove um ambiente mais favorável para a economia local.

Com base em diagnósticos socioeconômicos, definimos, junto à nossa mantenedora, uma matriz de priorização territorial que orienta o nosso Programa Crescendo com o Local.

Em 2025, nossas ações alcançaram 29 municípios, com ações presenciais e remotas.

20. PROGRAMA CRESCENDO COM O LOCAL

Desde 2022, o Programa Crescendo com o Local orienta a atuação da Fundação nos territórios onde estamos presentes. Acreditamos que o desenvolvimento acontece quando é construído junto com organizações da sociedade civil, movimentos sociais, coletivos e demais atores locais.

Todos os projetos da Fundação estão conectados ao Programa e organizados em quatro focos prioritários: Agricultura Familiar, Empreendedorismo, Qualificação e Empregabilidade e Potencialização do Impacto Positivo. Esses focos se articulam entre si e fortalecem as capacidades das iniciativas apoiadas, ampliando oportunidades de inclusão socioproductiva e acesso a direitos.

Como premissa, buscamos garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas, fortalecendo as dinâmicas locais e contribuindo para a construção de soluções alinhadas às realidades territoriais. Essa abordagem evita intervenções fragmentadas ou descontextualizadas e reforça a construção de processos de desenvolvimento sustentáveis e inclusivos.

O Programa conta, ainda, com áreas de apoio transversal, responsáveis pelo monitoramento de indicadores, produção e análise de dados, integração de recursos, articulação de parceiros, estímulo à inovação e disseminação dos resultados e aprendizados gerados ao longo das ações.

Em 2025, o Crescendo com o Local manteve o foco na redução das desigualdades socioeconômicas, fortalecendo pessoas, organizações e redes nos territórios prioritários de atuação da Fundação.

Perfil do público atendido por nossos projetos e por organizações fortalecidas pela Fundação é formado por: Pessoas produtoras da agricultura familiar; Povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos e ribeirinhos); Mulheres vulnerabilizadas socioeconomicamente; Pessoas negras; Pessoas idosas; Artistas; Comunidade LGBTQIAPN+; Crianças, adolescentes e jovens; Imigrantes e/ou refugiados; Pessoas com deficiência, síndrome ou transtorno; População em situação de rua.

20.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A Agricultura Familiar desempenha papel central na segurança alimentar, na geração de emprego e renda e na dinamização das economias locais no Brasil. De acordo com o Censo Agropecuário 2017, sistematizado pelo Anuário Estatístico da Agricultura Familiar (CONTAG, 2025), o país conta com 3,9 milhões de unidades produtivas familiares, responsáveis por 67% das ocupações no campo e por 23% do valor bruto da produção agropecuária nacional.

Apesar dessa relevância, persistem limitações relacionadas ao acesso à assistência técnica, ao crédito, regularização documental e organização produtiva. Fragilidades na governança das associações e cooperativas, dificuldades na atualização do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), na formalização produtiva e no atendimento às exigências legais também impactam diretamente a capacidade de acessar políticas públicas e mercados institucionais. É nesse contexto que se insere o Projeto Cultivando o Futuro, principal iniciativa da Fundação voltada ao fortalecimento da Agricultura Familiar nos territórios onde atua.

O Projeto Cultivando o Futuro reafirma o compromisso da Fundação com a valorização dos modos de vida tradicionais, dos saberes territoriais e da produção sustentável. A iniciativa reconhece a Agricultura Familiar como eixo estratégico para desenvolvimento local, na geração de renda, na segurança alimentar e na construção de sistemas produtivos mais resilientes e regenerativos.

Em 2025, a Fundação consolidou a Inclusão Socioprodutiva como diretriz institucional, promovendo a integração da agricultura familiar às cadeias produtivas da AMAGGI e a outros mercados institucionais. Junto a 23 organizações da agricultura familiar em diferentes níveis de maturidade organizacional, nos estados do Amazonas e de Mato Grosso. A Fundação combinou assessoramento técnico, qualificação da gestão, apoios financeiros destinados a manutenção de estruturas coletivas, como viveiros, casas de farinha, depósitos, cisternas e poços artesianos.

A inserção em mercados foi sustentada por uma atuação territorial, iniciada a partir de Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP), que permitiram identificar desafios como acesso à água, certificações, governança e logística, além de mapear oportunidades concretas de diversificação produtiva e inclusão em cadeias de valor. A partir desse processo, 14 cooperativas e associações realizaram o diagnóstico, e destas, 08 receberam apoio financeiro, totalizando R\$ 499 mil investidos nos dois estados.

Como resultado, foram consolidadas compras inclusivas de 8 (oito) empreendimentos da agricultura familiar, do Amazonas e Mato Grosso, que comercializaram 50,2 mil quilos de

alimentos aos refeitórios da AMAGGI, envolvendo 260 famílias agricultoras e gerando R\$ 610,4 mil em receita. As aquisições abrangeram cadeias de horticultura, fruticultura, proteínas, produtos minimamente processados e processados, fortalecendo a agricultura familiar como fornecedora regular e competitiva.

Articulada as aquisições, a qualificação institucional e técnica das organizações ocorreu por meio das Trilhas Formativas da Fundação, que totalizaram 519 horas de capacitações para 365 pessoas agricultoras, incluindo oficinas, mentorias e assessorias técnicas voltadas à gestão, produção e inovação. Entre os temas abordados destacam-se o de Mecanização; Fruticultura; Coleta de Amostras de Solo; Gestão e Governança; e Protagonismo das Mulheres no Campo.

Paralelamente, quatro organizações foram apoiadas no processo de inserção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ampliando o escoamento da produção, garantindo preços mais estáveis e contribuindo para o abastecimento de equipamentos públicos de segurança alimentar.

Toda a atuação é acompanhada por mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação, que orientam o aprimoramento contínuo das estratégias adotadas e fortalecem a integração entre impacto social, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico. Ao investir na agricultura familiar, a Fundação reafirma sua convicção de que o desenvolvimento territorial se constrói a partir das pessoas, valorizando conhecimentos locais e promovendo autonomia produtiva com responsabilidade socioambiental.

20.2 EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo dentro de um território, bairro ou região específica, visando fortalecer a economia local, gerar renda e promover o desenvolvimento social, é um importante vetor de geração e diversificação de renda nos territórios, especialmente quando associado à valorização de saberes culturais, práticas tradicionais e soluções criativas.

No Brasil, o empreendedorismo convive com um cenário de elevada informalidade: segundo o *Relatório Técnico – Empreendedorismo Informal no Brasil – IV Trimestre de 2024*, elaborado pelo SEBRAE com base na PNAD Contínua (IBGE), 66% dos donos de negócio atuavam sem formalização, o que corresponde a cerca de 20 milhões de pessoas na informalidade. Esse contexto nos mostra que apoiar processos de formalização, combinados com processos formativos com vistas à ampliação do negócio, gestão financeira, estratégias de venda, precificação, controle de estoque e compras assertivas, são etapas fundamentais para aumentar a estabilidade econômica e a sustentabilidade dos pequenos negócios. Complementando os aprendizados, feiras e eventos de economia criativa consolidam-se como importantes canais de comercialização, de visibilidade e de validação de produtos, especialmente para empreendedores em processo de estruturação.

Nesse sentido o Projeto Ativação da Economia Criativa busca fortalecer o empreendedorismo sustentável nos territórios de atuação da Fundação, conectando artesãos e artesãs, culinárias, artistas e demais empreendedores locais em redes de colaboração, formação e circulação econômica. A iniciativa amplia o conceito de feira para além da comercialização, e se firma como espaço de aprendizagem, compartilhamento de experiências e construção de práticas alinhadas à economia criativa, circular e solidária.

Ao ativar ecossistemas locais de produção e consumo responsáveis, o projeto promove inovação, sustentabilidade e valorização da diversidade cultural e ambiental dos territórios. Em 2025, com ações realizadas no Centro Cultural Velha Serpa, em Itacoatiara (AM) e na Vila Itanorte, em Campo Novo do Parecis (MT), articularam redes locais, ao longo das 13 (treze) edições das Feiras de Economia Criativa realizadas no ano, 37 pessoas empreendedoras comercializaram R\$ 82,8 mil, alcançando um público superior a 6 mil visitantes. As feiras consolidaram-se como espaços de circulação econômica, convivência e fortalecimento da autoestima, ampliando perspectivas de autonomia financeira e sentimento de pertencimento entre as pessoas participantes.

Para além de um espaço qualificado de comercialização, o projeto realizou uma Trilha Formativa que totalizou 40 horas de ações formativas na Vila Itanorte, para 117 pessoas empreendedoras, abordando os temas como: Regularização e Formalização; Associativismo e Cooperativismo; Comunicação e marketing; Planejamento e Controle Financeiro, entre outros temas. E ainda foram realizadas 4 mentorias individualizadas.

Em Itacoatiara/AM o destaque foi a realização de duas rodas de conversa na Semana da Pessoa Empreendedora, com o tema “Economia Criativa na Prática”, no Centro Cultural Velha Serpa, reunindo 117 pessoas empreendedoras, artistas e parceiros institucionais. A atividade fortaleceu a rede local da economia criativa ao promover reflexões sobre formalização, sustentabilidade financeira, autonomia econômica e protagonismo feminino, estimulando conexões, troca de experiências e articulação de redes de apoio.

Em 2025, o Projeto Entre Linhas consolidou o seu modelo de atuação, que integra economia circular, qualificação profissional e geração de renda, fortalecendo a autonomia econômica de 73 mulheres socioeconomicamente vulnerabilizadas, na Associação Casa das Maria em Campo Parecis e, no Coletivo Mulheres Arteira em Várzea Grande/MT.

Ao longo do ano, foram realizadas 168 horas de capacitações, integrando formação técnica, organização produtiva e acesso a mercado. Por meio do reaproveitamento de 1.926 uniformes corporativos, que deixaram de se tornar resíduo têxtil, foram confeccionados 887 brindes corporativos, resultando em R\$ 41 mil em valores comercializados. Complementarmente, a Fundação destinou R\$ 60 mil para a melhoria do ateliê de costura de Campo Novo do Parecis/MT e para a implementação do ateliê de costura em Várzea Grande, utilizados pelas mulheres para a produção dos produtos, assegurando melhores condições produtivas e a continuidade das atividades.

O projeto combina a diversificação do portfólio de produtos, a qualificação para inserção em oportunidades de fornecimento e a adoção de práticas sustentáveis nos territórios, fortalecendo o protagonismo feminino e contribuindo para a dinamização da economia local.

20.3 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE

Conforme o *Boletim Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro – 3º trimestre de 2025* (CEPEA/CNA), “o avanço tecnológico na agropecuária tem sido um dos principais vetores de transformação do agronegócio, com a adoção crescente de mecanização, automação e ferramentas digitais”. Esse movimento impulsiona a necessidade de qualificação dos profissionais, eleva o nível médio de escolaridade e contribui para melhores remunerações. O boletim ressalta que iniciativas voltadas à formação profissional, ao suporte técnico e ao

incentivo à adoção de tecnologias são essenciais para fortalecer a empregabilidade, por meio do desenvolvimento de competências alinhadas às transformações do mercado de trabalho.

Nesse sentido, o foco de Qualificação Profissional e Empregabilidade integra a estratégia da Fundação para o fortalecimento das capacidades locais, reconhecendo a educação profissional e o acesso ao trabalho como dimensões centrais para a ampliação de oportunidades socioeconômicas em seus territórios de atuação. Nesse contexto, o acesso à formação técnica e à inserção produtiva, especialmente entre os jovens, amplia a probabilidade de obtenção de emprego e de trabalho digno. Assim, a Fundação direciona seus esforços para percursos formativos conectados às dinâmicas regionais e às demandas do agronegócio e da agroindústria.

A atuação combina parcerias com instituições de ensino técnico, universidades, organizações do Sistema S e empresas, promovendo formações que articulam teoria, prática e vivências profissionais. As ações buscam ampliar o repertório técnico, cognitivo e relacional dos participantes, favorecendo trajetórias de inserção e permanência no mercado de trabalho de forma mais estruturada, qualificada e sustentável.

Alinhada às constantes mudanças no mercado de trabalho e com o objetivo de contribuir para ampliar as possibilidades de acesso ao emprego no agronegócio, em 2025 seis estudantes do curso técnico em Agrocomputação, dos municípios de Cuiabá e Rondonópolis (MT), receberam bolsas de estudo para a conclusão da formação, totalizando R\$ 17.077,14 investidos. A iniciativa contribuiu diretamente para a permanência e finalização do percurso formativo em uma área alinhada às demandas de digitalização e tecnologia no campo.

Buscando aproximar estudantes do ensino médio da realidade e das possibilidades de uma carreira no agronegócio, a Fundação realizou três Visitas de Campo, em parceria com o Instituto Farmun, que aproximaram 105 estudantes de escolas públicas de Sapezal e São José do Rio Claro (MT) e Corumbiara (RO) da realidade do setor agropecuário. As atividades ocorreram nas fazendas Itamarati, Pirapó e Carolinas, proporcionando contato com agricultura digital, centros de operações agrícolas, processos produtivos, pesquisa e oportunidades de trabalho em diferentes níveis de escolaridade, ampliando o repertório profissional dos jovens.

O cotidiano de uma fazenda envolve múltiplas competências técnicas e de gestão, desde o planejamento e execução de atividades de cultivo até o monitoramento climático, a análise de solo, a gestão de recursos hídricos, o controle de custos, a logística, a comercialização e o desenvolvimento de sistemas informatizados para análise de dados, além da manutenção de equipamentos. Ao evidenciar essa complexidade, as ações contribuíram para ampliar a compreensão dos estudantes sobre as exigências profissionais do setor e as possibilidades de inserção qualificada.

20.4 FORTALECIMENTO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs), movimentos sociais e coletivos exercem papel primordial na articulação entre políticas públicas e demandas concretas dos territórios, atuando na garantia de direitos, no acesso a serviços e no fortalecimento da participação social. Alinhada a essa realidade, a Fundação realiza o Projeto Desenvolvimento das Capacidades Institucionais, com 32 OSCs, movimentos sociais e coletivos de 18 municípios do Amazonas, Mato Grosso e

Rondônia. O projeto foca no aprimoramento das capacidades institucionais e no apoio financeiro, ao longo de três anos, para a implementação dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) construídos pelas iniciativas sociais apoiadas. Em 2025, foi realizada a segunda parcela do apoio financeiro no valor de R\$ 610 mil para a execução desses PDIs.

Já as ações formativas do projeto foram realizadas por meio da Jornada de Desenvolvimento Institucional, iniciada em 2024, e orientadas por diagnósticos de maturidade institucional, escutas individualizadas e construção coletiva de soluções, respeitando os diferentes estágios de desenvolvimento organizacional. Ao todo, foram realizadas 115 horas de mentorias e 93 horas de oficinas, palestras e rodas de conversa. A agenda do ano teve como foco ampliar a capacidade de gestão, fortalecer a incidência territorial e garantir que as organizações atuem de maneira mais sustentável e autônoma, a partir de quatro temas essenciais:

Regularização e conformidade: apoio a processos de CNPJ, estatuto, diretoria, documentação, prestações de contas e adequação ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

Governança e planejamento: elaboração ou revisão de missão, visão, objetivos estratégicos, processos internos e fluxos decisórios.

Gestão financeira e captação de recursos: formação em orçamento, desenvolvimento de projetos, análise de editais e estratégias de financiamento.

Incidência e articulação: fortalecimento das relações com conselhos municipais, secretarias públicas, fóruns, coletivos territoriais e redes de cuidado.

21. AÇÕES INSTITUCIONAIS

21.1 Rede de Investidores Sociais de Mato Grosso (RIS-MT)

Rede de Investidores Sociais de Mato Grosso (RIS-MT) integra as redes criadas e lideradas pelo GIFE, tem como objetivo qualificar, ampliar e conferir maior coerência às práticas de Investimento Social Privado no estado, por meio da cooperação entre fundações, empresas e organizações da sociedade civil. Configura-se como espaço de diálogo, aprendizado e construção coletiva, orientado para resultados sociais alinhados às prioridades territoriais.

Coordenada por um comitê gestor, do qual o GIFE e a Fundação fazem parte, juntamente com institutos, cooperativas e entidades empresariais, a RIS-MT fortalece a articulação entre investidores sociais e amplia sua incidência no campo do investimento social privado.

Em 2025, as atividades concentraram-se no fortalecimento das capacidades técnicas dos associados e na qualificação do debate sobre o tema em Mato Grosso. O principal marco foi o 1º Ciclo Formativo da RIS-MT, que reuniu representantes de institutos, fundações e empresas em uma trilha de aprendizado e troca de experiências. O Ciclo contou com 26 empresas e 242 participantes, ao longo de 26 horas de formação. Os conteúdos produzidos passaram a integrar o acervo da Universidade AMAGGI, ampliando o alcance institucional.

A ação formativa abordou o cenário global da filantropia, o contexto brasileiro do investimento social privado e as especificidades do território mato-grossense, além de ferramentas de planejamento, gestão e tomada de decisão.

Desde sua oficialização, em 2021, a RIS-MT consolida-se como espaço permanente de articulação, promovendo intercâmbio de boas práticas e planejamento compartilhado. As ações de 2025 reafirmam seu papel como ambiente de cooperação e qualificação do investimento social privado no estado.

21.2 Ações de Apoio à Rede de Proteção de Itacoatiara-AM

Desde 2020, temos atuado de forma significativa no fortalecimento da rede de proteção de Itacoatiara (AM), com foco no enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Nosso objetivo é sensibilizar a sociedade sobre a gravidade dessas violações e apoiar a implementação de soluções que protejam as vítimas e assegurem seus direitos. Uma das principais frentes desse trabalho é a contribuição para a execução da Lei 13.431/2017, que estabelece a escuta especializada e a centralização das informações de atendimento. Essa abordagem busca evitar a revitimização de crianças e adolescentes, garantindo um atendimento mais acolhedor e eficiente.

Em 2025, demos continuidade a essa agenda com a realização, do webinar “**Combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente virtual**”, transmitido para 54 pessoas. A iniciativa foi realizada pela Fundação, em parceria com a AMAGGI e a Childhood Brasil, em alusão ao 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O debate evidenciou a complexidade do enfrentamento da violência sexual no ambiente virtual, apontando a necessidade de novos espaços de diálogo e aprofundamento sobre os desdobramentos e estratégias de prevenção e combate a essa violação de direitos.

21.3. Projeto de Destinação do Imposto de Renda Devido - Clique do Bem

O Clique do Bem é uma iniciativa voltada à mobilização de recursos financeiros para o apoio a organizações da sociedade civil e a iniciativas alinhadas às agendas de garantia de direitos em parceria com os Conselhos Municipais. A ação ocorre por meio da destinação voluntária de parte do imposto devido por pessoas colaboradoras para os Fundos da Criança, do Adolescente e do Idoso, nos municípios de Cuiabá (MT) e Itacoatiara (AM).

Em 2025, o Clique do Bem manteve seu papel como instrumento complementar às estratégias de investimento social privado da Fundação, contribuindo para a diversificação das fontes de apoio às organizações parceiras e para o fortalecimento da sustentabilidade das iniciativas sociais. Ao longo do ano, foram registradas 70 adesões de pessoas colaboradoras da AMAGGI, AL5 Bank e Fundação André e Lucia Maggi, totalizando R\$ 20.945,00 destinados aos fundos municipais da criança, do adolescente e do idoso em Cuiabá (MT) e Itacoatiara (AM).

Além da mobilização de recursos, a iniciativa atuou como canal de comunicação e sensibilização, aproximando diferentes públicos das pautas sociais apoiadas pela Fundação e ampliando a visibilidade de projetos conduzidos por organizações locais. Ao integrar o Clique do Bem ao seu portfólio institucional, a Fundação reafirma a importância de mecanismos acessíveis de engajamento social, que favorecem a corresponsabilidade e a participação cidadã de pessoas colaboradora no apoio a ações coletivas de interesse público.

21.4 Espaço Coletivo Centro Cultural Velha Serpa

A gestão do Centro Cultural Velha Serpa (CCVS), instalado no prédio do antigo matadouro municipal de Itacoatiara (AM), integra a ação programática do projeto Ativa Cultura. Um dos principais equipamentos culturais da cidade, o CCVS amplia o acesso à cultura, fortalece identidades locais e promove a articulação comunitária em um território historicamente carente de espaços culturais especializados. Funcionando como espaço de convivência, fruição cultural e construção coletiva, o CCVS acolhe agendas públicas, ações formativas e iniciativas comunitárias, além de contribuir para o fortalecimento de redes locais e da participação social. Essa atuação reafirma a cultura como dimensão de suma importância para o desenvolvimento territorial.

Ao longo do ano, foram realizadas 291 atividades, entre lançamentos de livros, exposições de arte, apresentações artísticas, atividades recreativas, oficinas e exhibições de filmes, para 11mil pessoas presentes, consolidando o CCVS como referência de encontro, inclusão cultural e desenvolvimento sociocultural no município. Dentre a extensa programação, destacam-se:

- 15ª Conferência Municipal de Assistência Social, em parceria com a Prefeitura de Itacoatiara;
- Semana da Pessoa Empreendedora;
- Fórum de Cultura e Semana do Patrimônio, que homenageou mestres e mestras da cultura amazônica;
- Exposição coletiva *RAÍZES: Memórias e Expressões de Itacoatiara*, que integrou a programação de celebração do aniversário da cidade;
- Lançamento do livro *Capoeira: o patrimônio gingado do Amazonas e sua Salvaguarda*.

Outro ponto de grande comemoração foi a Seleção do CCVS como ponto de exibição da Mostra Mercosul Audiovisual: Ciclo de Curtas Infantis, entre agosto e setembro, com programação gratuita voltada ao público infantil e familiar. A escolha do espaço teve como objetivo ampliar o acesso a conteúdos audiovisuais com temática educativa e cultural, promovendo experiências de fruição artística e intercâmbio de narrativas entre diferentes públicos.

Fortalecendo o diálogo com a comunidade e a transparência na organização de sua programação, em 2025 foi divulgado o Chamamento Público para Credenciamento de Artistas e Profissionais de Arte e Cultura interessados em integrar a programação do CCVS, ampliando o acesso de coletivos e pessoas criadoras à ocupação do espaço cultural e a oportunidades de expressar e compartilhar suas práticas artísticas.

Essas ações demonstram a continuidade do compromisso da Fundação com a promoção do acesso à cultura, o fortalecimento das expressões socioculturais e a dinamização de espaços coletivos, reafirmando o CCVS como equipamento estratégico para o desenvolvimento sociocultural do território de Itacoatiara.

22. INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

A situação econômica da FALM é monitorada regularmente. A principal fonte de arrecadação da Fundação é o percentual do lucro de sua mantenedora, repassado anualmente. Há ainda rendimentos de aplicações financeiras e doações de outras empresas e pessoas físicas. Neste ano a FALM recebeu um aporte de R\$ 5.298.241,95. A cada recebimento de recurso, o Conselho Diretor tem como responsabilidade avaliar as modalidades de aplicações financeiras, negociando melhores taxas de rentabilidade do mercado e, a partir disso, levar para deliberação do Conselho Curador.

O orçamento da FALM é gerido a partir de planos anuais, que descrevem as ações e atividades dos projetos a serem desenvolvidos naquele período. A gestão baseia-se em cálculos que consideram os recursos financeiros já aplicados e a estimativa de doação da AMAGGI para os próximos anos. Dessa forma, é possível prever o fluxo de caixa.

Paralelamente ao seu processo orçamentário, todos os colaboradores são incentivados a avaliar e incrementar a eficiência do uso dos recursos em cada projeto. O gerenciamento administrativo, financeiro, contábil e patrimonial da FALM é realizado por um sistema ERP em conjunto de outras ferramentas desenvolvidas internamente garantindo a eficiência na utilização dos recursos.

Em 2025, a FALM se manteve atenta às tendências econômicas de mercado e, como forma de dar ainda mais transparência no direcionamento de seus recursos financeiros, definiu o Índice de Eficiência Financeira, indicador que comprova que a maior parte de seu orçamento está direcionado a atender as finalidades da organização.

Para o desenvolvimento das atividades no decorrer do exercício, a FALM aplicou o total de R\$ 6.733.340,00 (seis milhões, setecentos e trinta e três mil, trezentos e quarenta reais). A seguir, apresentamos o investimento realizado segregado por **Centros de Custos** que correspondem às frentes de trabalho mencionadas acima:

RESUMO DO INVESTIMENTO REALIZADO

CENTRO DE CUSTO	DESCRIÇÃO DO CENTRO DE CUSTO	VALOR (R\$) 2025	VALOR (R\$) 2024
00.9.001	Creche Rondonópolis	-	14.000,00
00.9.002	APAE Rondonópolis	-	16.000,00
00.9.003	Hospital Renato Sucupira (SAPEZAL)	-	30.000,00
0.10.001	Administrativo	415.977,83	568.904,84
0.10.002	Espaço coletivo - Itacoatiara - AM	181.189,34	225.938,54
0.10.003	Espaço coletivo - Rondonópolis - MT	1.378,30	5.698,92
0.10.004	Espaço coletivo - Cuiabá - MT	-	152,28
0.10.005	Governança	38.608,11	86.463,48
0.10.006	Comunicação Institucional	105.252,28	168.718,82
0.10.007	Voluntariado e Gratuidades em Serviços	254.611,73	253.627,81
0.10.008	Projeto de Cap. De Recursos Destinação de IRRF	29.114,90	42.322,36
0.10.009	Projeto RIS - Rede de Investimento Social Privado	25.635,08	149.980,82
0.10.010	Ação de Apoio a Implementação da Rede de Pro	360,00	152.945,52
0.10.011	Advocacy	58.993,20	55.173,83
0.10.012	Gestão de Programas e Projetos	65.296,24	53.524,99
0.10.013	Espaço coletivo - Itacoatiara - AM - Ações	312.456,21	197.083,99
0.10.014	GT - Diversidade e Inclusão	54.546,42	80.714,85
0.10.015	Melhoria Contínua	25.810,14	20.630,25
0.10.016	Juntos Somos Mais Fortes - RS	-	125.918,91
0.11.001	Folha de Pagamento - Administrativo/Corporativo	517.050,07	732.008,40
0.11.002	Folha de Pagamento - Gestão de Projetos	1.468.701,54	1.602.963,52
0.11.003	Folha de Pagamento - Espaço Coletivo Itacoatiara - AM	40,96	106.498,72
0.11.006	Folha de Pagamento - Melhoria Contínua	301.290,22	234.016,90
0.1.7.001	Fundo Filantrópico Família Maggi	250.000,00	700.000,00
0.2.0.100	Agricultura Familiar	1.107.294,74	1.309.613,36
0.2.0.200	Empreendedorismo	231.999,71	788.005,56
0.2.0.300	Qualificação e Empregabilidade	334.897,48	480.859,54
0.2.0.400	Fortalecimento de OSCS	952.835,50	2.706.609,64
TOTAL GERAL		6.733.340,00	10.908.375,85

23. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a FALM efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Os valores referentes aos Prêmios de seguros contratados contra eventuais sinistros de qualquer natureza, são registrados como Despesas Antecipadas a serem apropriados nas contas de resultado, de acordo com o período de cobertura das apólices.

Cuiabá - MT, 31 de dezembro de 2025.

Belisa Souza Maggi
Presidente Conselho Curador

Juliana de Lavor Lopes
Diretora Executiva

Ademir Creado Navas
Contador - CRC 1SP125442/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores Diretores e Administradores da
Fundação André e Lucia Maggi
Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação André e Lucia Maggi**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Fundação André e Lucia Maggi**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Fundação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito disso.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Fundação André e Lucia Maggi**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Fundação André e Lucia Maggi**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Fundação André e Lucia Maggi**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da **Fundação André e Lucia Maggi**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Fundação André e Lucia Maggi** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 01 de abril de 2026.

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA

CRC/MG nº 5.198-02

CVM 8460

Warley de Oliveira Dias

C O N T A D O R

CRC/MG nº 094.865

Aviso Legal: "A Morison Global Limited é uma associação global de empresas de serviços profissionais de propriedade e gerenciadas de forma independente. Os serviços profissionais são prestados pelas firmas-membro individuais. A Morison Global Limited não fornece serviços profissionais por direito próprio. Nenhuma firma-membro tem responsabilidade pelos atos ou omissões de qualquer outra firma-membro decorrente de sua participação na Morison Global Limited".

FUNDAÇÃO AMAGGI
CNPJ/MF nº 01.832.808/0001-06

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao disposto no Artigo 22, inciso III, do Estatuto Social da Fundação AMAGGI, o Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu à análise das Demonstrações Contábeis e das respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Para a emissão deste parecer, foram examinados os seguintes documentos e informações disponibilizados pela Administração: balancetes contábeis, livros razão, relatórios financeiros contendo a execução orçamentária (orçado versus realizado) dos projetos e ações desenvolvidos pela Fundação, bem como demonstrativos de receitas, saldos bancários e demais informações financeiras consideradas relevantes para a adequada avaliação da situação econômico-financeira e patrimonial da entidade.

Com base nos exames realizados, nas análises procedidas e nas informações obtidas, este Conselho Fiscal não identificou irregularidades ou inconsistências que comprometam a fidedignidade das informações apresentadas. As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao exercício de 2025 foram elaboradas em conformidade com as normas legais, estatutárias e contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, refletindo adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e os resultados da Fundação AMAGGI no período.

Dessa forma, o Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, manifesta-se **favoravelmente** à aprovação das Demonstrações Contábeis e das respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício social de 2025, recomendando sua submissão e apreciação pelos órgãos competentes da Fundação AMAGGI.

Cuiabá-MT, 27 de abril de 2026.

Syrlei Queiroz de Oliveira
Presidente do Conselho Fiscal